



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

---

## RESOLUÇÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSUNI)

N.º 16/2013

Dispõe sobre o Programa de Bolsas de Estudo para servidores da Universidade Federal do Tocantins.

O Egrégio Conselho Universitário – CONSUNI da Universidade Federal do Tocantins – UFT, reunido em sessão ordinária no dia 19 de novembro de 2013, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

### RESOLVE:

**Art. 1º** Instituir o Programa de Bolsas de Estudo para os servidores da Universidade Federal do Tocantins, conforme anexo.

**Art. 2º** Fica revogada a Resolução n.º 05/2012 do Consuni e demais disposições em contrário.

**Art. 3º** Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Palmas-TO, 19 de novembro de 2013.

**Prof. Márcio Silveira**  
Presidente



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**

---

*Anexo à Resolução n.º 16/2013 do Consuni*

**PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE ESTUDO PARA OS SERVIDORES  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**

**Art. 1º** O Programa Institucional de bolsas para estudo de Pós-graduação aos Servidores docentes e técnico-administrativos da UFT, tem como objetivo a promoção do desenvolvimento do servidor, visando à melhoria de seu desempenho quanto às suas funções e compromissos para com a Universidade, desenvolvendo sua capacidade reflexiva e crítica e estimulando o exercício pleno de cidadania e o consequente comprometimento com a missão da Instituição no contexto do ensino, da pesquisa, da extensão e da administração.

**Art. 2º** As bolsas de estudo serão regulamentadas por editais específicos (técnico-administrativos e docentes) e serão ofertadas conforme a disponibilidade orçamentária anual da Universidade.

**Art. 3º** A elaboração dos editais de seleção para concessão de bolsas será de responsabilidade da Coordenação de Formação e Desenvolvimento e PROPESQ e abordará tais dispositivos:

- I - Requisitos para participação do Programa;
- II – valor e vigência da bolsa;
- III - critérios para seleção dos bolsistas;
- IV - obrigações dos bolsistas;
- V - disposições finais.

**Art. 4º** Esta Resolução entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Palmas – TO, 19 de novembro de 2013.